



Município do Porto Santo Câmara Municipal

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA NO ÂMBITO DE PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA ADOTADO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E ACESSÓRIOS E CONSUMÍVEIS DE INSTALAÇÃO

1. O Município do Porto Santo, pessoa coletiva de direito público com o número de identificação fiscal 511 236 425, com sede à Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira, 941-909 Porto Santo, com o endereço de correio eletrónico geral@cm-portosanto.pt, utilizador da plataforma eletrónica www.acingov.pt, com o n.º de telefone 291 980 640, convida à apresentação de propostas no âmbito do procedimento de Consulta Prévia adotado para a celebração de contrato de aquisição de material elétrico e acessórios e consumíveis de instalação.
2. Informa-se que:
 - a) A decisão de contratar foi tomada em 12 de maio de 2022, pelo Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Filipe Melim Batista, por ausência do Ex.^{mo} Senhor Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo, Artur José Alves Nunes Ferreira, no uso de competências delegadas, conforme despacho de delegação de competências junto em anexo, através de Despacho, exarado na informação da Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento (DFPA) da mesma data, tendo em conta os artigos 20.º/1/c), 36.º, 38.º, 40.º/1/b)/2, 67.º/1, 113.º e 115.º do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na adaptação à RAM que lhe é dada pelo DLR N.º 34/2008/M, de 14 de agosto, o disposto nas alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no artigo 18.º/1/a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.
 - b) Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, refere-se que a escolha do procedimento de ajuste direto teve em consideração os seguintes fundamentos:
 - i. O valor estimado do contrato;
 - ii. A escolha do referido procedimento permitir a melhor prossecução do interesse público, pela menor formalização relativamente a outro procedimento previsto no n.º 2 do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos, o que permitirá a mais célere satisfação das necessidades públicas;
 - iii. A valorização e o incentivo à participação de empresas sediadas e que atuam nos panoramas local e regional.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite - Aquisição de material elétrico e acessórios e consumíveis de instalação.

- c) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Senhor Vereador e Vice-presidente da Câmara Municipal do Porto Santo ou, na sua ausência, pelo Edil que lhe esteja a substituir.
3. Nos termos e para efeitos do artigo 57.º do CCP, a proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos, **os quais devem ser assinados**¹ pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, com recurso a assinatura digital qualificada²:
- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborado em conformidade com o modelo constante do Anexo I do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual;
 - b) Certidão Permanente ou documento (s) equivalente (s) que identifique o (s) representante (s) da entidade adjudicatária com competência para obrigar, assim como do título a que intervêm e com indicação dos atos que o (s) habilitem para esse efeito;
 - c) Proposta de Preço, preços unitários e de prazo para a entrega³ dos produtos (após a celebração do contrato), conforme o modelo estabelecido no Anexo III da presente peça procedimental⁴;
 - d) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.
4. Sem prejuízo do que estabelece o instituto de suprimento de propostas, a não apresentação de qualquer um dos elementos anteriormente identificados constitui motivo exclusão da proposta.
5. Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, até às 23:59 horas do 3.º (terceiro) dia, a contar da data de notificação de endereçamento do presente convite.

¹ A assinatura dos documentos da proposta constitui uma formalidade essencial, cuja falta ou irregularidade implica a exclusão do proponente.

² Os documentos da proposta deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sendo que no caso em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura a entidade interessada deverá submeter à plataforma um documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do subscritor.

³ Não poderá exceder os 30 (trinta) dias.

⁴ Os preços não deverão incluir o imposto sobre o Valor Acrescentado, contudo deverá ser mencionado que aos preços propostos acresce o IVA à taxa legal em vigor, caso esta situação se verifique.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite - Aquisição de material elétrico e acessórios e consumíveis de instalação.

6. Para efeitos do disposto no artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 18/2018, de 29 de janeiro, o concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
7. Não são admitidas propostas variantes.
8. O critério de adjudicação/aceitação da proposta é o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, tendo ainda em conta o preço base fixado no Caderno de Encargos.
9. Em caso de empate de duas ou mais propostas, o desempate será executado por recurso ao mais baixo prazo de execução do contrato. Se ainda assim a situação de empate subsistir, o desempate será executado por recurso ao sorteio das propostas que se encontrem em situação de empate, conforme segue:
 - a) O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização;
 - b) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - c) Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo se seguidamente à sua extração.
10. A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, conforme a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.
11. O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de 3 (três) dias a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos, adaptadas de acordo com o modelo constante do anexo II – M do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.
 - b) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo V do presente convite, para cumprimento do referido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos.
 - c) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos⁵.

⁵ A prova negativa da condenação por crime profissionalmente desonroso e crimes de participação de participação em organização criminosa, corrupção, fraude ou branqueamento de capitais, é feita através de certificado de registo criminal da empresa e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite - Aquisição de material elétrico e acessórios e consumíveis de instalação.

- d) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
 - e) Nos termos do artigo 7.º do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação que lhe é postulada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro, na Região Autónoma da Madeira o adjudicatário está ainda obrigado a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, apresentando os seguintes documentos⁶:
 - i. Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido num dos quatro anos anteriores atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato);
 - ii. Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo n.º 10 e DMR);
 - iii. Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES);
 - iv. Anexo R da última declaração periódica do IVA.
 - f) Cópia dos documentos comprovativos da identidade dos outorgantes que têm poderes para obrigar em representação da entidade adjudicatária, nomeadamente o cartão do cidadão ou bilhete de identidade e o número fiscal de contribuinte, acompanhados de declaração de tratamento de dados conforme o modelo estabelecido no Anexo IV da presente peça procedimental.
- 12.** Serão concedidos dois dias para efeitos da supressão de irregularidades que venham a ser detetadas nos documentos de habilitação apresentados.
- 13.** Para efeitos do disposto no artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, não é exigido ao adjudicatário a prestação de caução.
- 14.** O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito, nos termos dos artigos 94.º e 104.º do Código dos Contratos Públicos.

Junta: CADERNO DE ENCARGOS

⁶ Os adjudicatários que considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas solicitadas, devem apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite - Aquisição de material elétrico e
acessórios e consumíveis de instalação.

ANEXO I Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme o Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto].

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁷... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e se for o caso, do Caderno de Encargos do Acordo Quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁸ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo⁹:
 - a)
 - b)
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

⁷ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁸ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

⁹ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e n.º 2 e 3 do artigo 57.º.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite - Aquisição de material elétrico e
acessórios e consumíveis de instalação.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código, e artigo 5.º DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), (data), [assinatura¹⁰].

¹⁰ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite - Aquisição de material elétrico e
acessórios e consumíveis de instalação.

ANEXO II Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹¹ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada¹² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
2. O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados¹³] os documentos comprovativos de que a sua representada¹⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer

¹¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

¹³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

¹⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite - Aquisição de material elétrico e
acessórios e consumíveis de instalação.

procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura¹⁵]

¹⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite - Aquisição de material elétrico e acessórios e consumíveis de instalação.

ANEXO III

Modelo de proposta de preço, preços unitários e prazo de entrega

[a que se refere a alínea c) do n.º 3 do presente convite]

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹⁶ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), obriga-se a executar o referido fornecimento, de acordo com o convite e com caderno de encargos, pelo preço total de (por algarismos e por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, concorrendo para o mesmo os preços unitários seguidamente tabelados, no prazo de (por algarismos e por extenso) dias.

Código	Tipo/caraterísticas	Unidade de medida	Preço unitário
1.	Abraçadeiras	-	-
1.1.	200X4,5 BRANCO SEL.2.223	Un	X,XX €
1.2.	280X4,5 BRANCO SEL.2.425	Un	X,XX €
1.3.	540X7,5 PRETA SEL.3.437	Un	X,XX €
1.4.	7,6X709 PRETA 2278-0	Un	X,XX €
1.5.	ABRAÇADEIRA PARA ELÉTRODO DE TERRA	Un	X,XX €
2.	Lâmpadas	-	-
2.1.	LED FIL 4W E27 G45 2700K 231682	Un	X,XX €
2.2.	LED 2W B22 A45 ESFERICA VERMELHA	Un	X,XX €
2.3.	LED 2W B22 A45 ESFERICA VERDE	Un	X,XX €
2.4.	LED 11W E27 4000K SKU-232	Un	X,XX €
2.5.	LED 4W B22 A60 FILAMENTO 3000K LED4	Un	X,XX €
2.6.	SERIE 100 LED EXT BR QUENTE/PRETO PROL	Un	X,XX €

¹⁶ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite - Aquisição de material elétrico e acessórios e consumíveis de instalação.

3.	Material Elétrico	-	-
3.1.	SUPORTE BND E27 PB2215 CX-325 3960512215	Un	X,XX €
3.2.	INTERRUPTOR DIF. 4P 63A 300MA AC 55663 4DC	Un	X,XX €
3.3.	ELECTRODO DE TERRA 1,5 MTS	Un	X,XX €
3.4.	TOMADA SCHUKO P/QUADRO BR 55532 CBR	Un	X,XX €
3.5.	SUPORTE BAQUELITE E27 BRANCO 86001BR	Un	X,XX €
3.6.	FIO H07V-U 1X1,5 PRETO	mt	X,XX €
3.7.	FIO H07V-U 1X10 VERDE/AMARELO	mt	X,XX €
3.8.	FIO COLUNA 2X2,5	mt	X,XX €
3.9.	CABO XS 0,6/1KV 4X6 PRETO	mt	X,XX €
3.10.	CABO XS 0,6/1KV 2X6 PRETO	mt	X,XX €
3.11.	CABO DE ARRAIAL BND 2X2,5 PT	mt	X,XX €
4.	Outro material	-	-
4.1.	TESA FLEX 20X19 PRETO	Un	X,XX €

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, no valor de

[Local], [data] [Assinatura¹⁷]

¹⁷ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite - Aquisição de material elétrico e
acessórios e consumíveis de instalação.

ANEXO IV

Declaração para efeitos do Regulamento Geral de Proteção de Dados

[a que se refere a alínea f) do n.º 9 do presente convite]

1. Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, informo que, eu ... (nome), portador do Cartão de Cidadão com o número de identificação , ..., emitido pela República Portuguesa, válido até ... de de 20..., fui informado (a) que o Município do Porto Santo irá tratar dos dados pessoais dos quais sou titular para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.
2. Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de seleção do adjudicatário no procedimento do Município do Porto Santo com a referência ... (referência ao procedimento em causa), e que no caso de a empresa que represento vir a ser o adjudicatário, serão objeto do contrato a celebrar.
3. Fui também informado (a) que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública, tendo, eu, o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e a sua portabilidade.
4. Fui ainda informado (a) que tenho direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

[Local], [data] [Assinatura]



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite - Aquisição de material elétrico e
acessórios e consumíveis de instalação.

ANEXO V DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

[a que se refere a alínea b) do n.º 9 do presente convite]

1. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos, eu, ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹⁸ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatária à execução do contrato no âmbito do procedimento com referência XX/2022, declara, sob compromisso de honra, que a entidade por si representada não se encontra abrangida pelas situações previstas no n.º 4 do referido artigo 1.º-A.
2. O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto no n.º 4 do artigo 1.º-A do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização à entidade adjudicante e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

[Local], [data] [Assinatura]

¹⁸ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.